



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Secretaria de Serviços Compartilhados
Diretoria de Administração e Logística
Comitê Interministerial de Governança de Serviços Compartilhados
Câmara Temática de Administração e Logística

ATA DE REUNIÃO

8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

4ª Reunião Ordinária de 2025

Data: 17 de dezembro de 2025.

Horário: 14h30min às 15h30min.

Local: Virtual, por meio da plataforma Teams.

I. PARTICIPANTES

a. Membros da Câmara Temática: relacionados no Anexo I.

b. Lista de presença: relacionados no Anexo III.

II. SECRETARIA-EXECUTIVA DA CTAL: Maiko Lemes, Gerente de Projeto, Diretoria de Administração e Logística da Secretaria de Serviços Compartilhados do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

III. PAUTA

- a. Transferência dos bens das copas; e
- b. Simulação de abandono e procedimentos de evacuação da edificação.

IV. ABERTURA

A reunião foi aberta por Lucimar Rizzo Lopes dos Santos, que agradeceu a presença de todos os participantes e destacou que se tratava da última reunião ordinária da CTAL no exercício de 2025. Ressaltou a importância da parceria e do trabalho colaborativo desenvolvido ao longo do ano, destacando os resultados alcançados de forma conjunta.

Lucimar reforçou a importância de maior participação dos membros da CTAL na proposição de pautas para as reuniões, de forma a ampliar o caráter colaborativo dos encontros, evitando que os debates se concentrem apenas em pautas apresentadas pelo MGI.

V. DISCUSSÕES

a. Transferência dos bens das copas

Lucimar apresentou o primeiro ponto de pauta, referente à transferência patrimonial dos bens das copas existentes nas edificações sob gestão do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, em Brasília, Distrito Federal. Esclareceu que, após a conclusão do inventário patrimonial, prevista para o início de janeiro de 2026, será iniciado o processo de transferência dos bens de uso comum das copas — tais como refrigeradores e micro-ondas — para os órgãos usuários.

Foi esclarecido que permanecerão sob responsabilidade do MGI apenas os bens diretamente vinculados ao contrato de copeiragem, como máquinas de café e utensílios pertencentes à empresa contratada. Os bens de uso comum, uma vez transferidos, passarão a integrar o patrimônio dos órgãos, que ficarão responsáveis por sua manutenção, substituição e eventual reposição futura.

Lucimar destacou que o procedimento será realizado órgão a órgão, com conferência conjunta entre as equipes da Diretoria de Administração e Logística (DAL) e dos respectivos órgãos, de modo a assegurar a correção das informações patrimoniais e a resolução imediata de eventuais inconsistências.

Questionamentos

1. Patrícia Daniele questionou como se daria a responsabilidade patrimonial nos casos de copas compartilhadas entre mais de um órgão, a exemplo de andares ocupados conjuntamente pelo MGI e outros ministérios.

Resposta: Alysso Morais, Coordenador-Geral de Segurança, Administração, Terceirização e Transporte, esclareceu que, nos casos de copas compartilhadas com outros órgãos, a gestão patrimonial dos bens permanecerá sob responsabilidade do MGI. Reforçou que a transferência patrimonial abrangerá exclusivamente os bens das copas e não alterará a gestão do serviço terceirizado, que continuará sob responsabilidade da DAL.

2. João Victor informou que, embora seu órgão compartilhe determinado andar, a utilização prática ocorre de forma segregada por alas, solicitando que esse mapeamento seja considerado.

Resposta: Lucimar esclareceu que essas situações específicas serão avaliadas durante o processo de conferência, com a presença das equipes envolvidas, permitindo ajustes pontuais, se necessários.

b. Simulação de abandono e procedimentos de evacuação da edificação

Na sequência, Lucimar introduziu o segundo e principal ponto da pauta, referente à segurança predial, com ênfase na constituição da brigada voluntária, nos planos de evacuação e nas ações preventivas de segurança.

Foi contextualizado que, apesar das diversas ações já realizadas — incluindo apresentações em reuniões anteriores, envio de ofícios aos órgãos, divulgação em painéis e e-mails institucionais e comunicação no Comitê de Governança —, a adesão de servidores e colaboradores à brigada voluntária ainda se encontra abaixo do quantitativo necessário.

Lucimar destacou que a insuficiência de brigadistas voluntários compromete a realização de simulações de evacuação com o Corpo de Bombeiros, uma vez que a norma exige, como referência, a participação de aproximadamente 10% da população do prédio. Relatou, ainda, a ocorrência recente de uma evacuação real no Bloco C, na Esplanada dos Ministérios, que evidenciou, de forma concreta, a importância da brigada voluntária para orientar os ocupantes dos pavimentos e garantir maior celeridade e segurança no abandono da edificação.

Em seguida, Plínio Antunes, Coordenador de Gestão de Segurança e de Administração, realizou apresentação detalhada sobre o histórico do cadastramento dos voluntários, os quantitativos por órgão e por edifício, bem como o panorama antes e após o evento ocorrido no Bloco C. Informou que, até a data da reunião, havia 172 voluntários cadastrados, com distribuição entre agentes públicos, prestadores de serviços e estagiários.

Foram apresentados dados sobre os treinamentos já realizados, os percentuais de comparecimento, os quantitativos de formados e ausentes, bem como o cronograma de novas turmas previstas para os diferentes blocos. Plínio ressaltou a dificuldade de atingir o número mínimo necessário em alguns edifícios, o que tem impedido a realização de simulações mais amplas.

Daniela Antunes compartilhou relato de sua participação em treinamento, destacando a importância de se ter, ao menos, dois brigadistas por ala e por andar, atuando como cabeça e final de fila durante evacuações.

Crislane Maria dos Santos Cardoso reforçou, com base na experiência vivenciada no Bloco C, a necessidade de melhoria da sinalização, do treinamento e da orientação dos ocupantes, relatando dificuldades observadas durante a evacuação real.

Lucimar agradeceu as contribuições e reforçou que as simulações têm justamente o objetivo de identificar falhas, promover melhorias estruturais, aprimorar a comunicação e fortalecer a cultura de segurança, evitando que ajustes sejam feitos apenas após ocorrências reais.

Questionamentos

1. Melissa Campos questionou qual seria o quantitativo mínimo necessário para iniciar os treinamentos e se seria possível avançar por etapas.

Resposta: Lucimar e Plínio esclareceram que, embora a norma indique o percentual de 10%, é possível iniciar os treinamentos com grupos menores, priorizando, como referência mínima, ao menos quatro pessoas por andar, de modo a viabilizar a orientação durante evacuações.

2. Jefferson Melo observou que, em seu órgão, a divulgação do chamamento ocorreu de forma tardia e questionou se ainda seria possível reforçar a comunicação interna para ampliar a adesão.

Resposta: Lucimar esclareceu que, no caso do Bloco F, as ações estão sendo articuladas em conjunto com o Ministério do Trabalho, em razão da gestão compartilhada da edificação, e que o reforço na divulgação interna é não apenas possível, mas necessário.

3. João Célio questionou como se daria a atuação da brigada nos casos de prédios compartilhados ou não geridos diretamente pelo ColaboraGov.

Resposta: Lucimar esclareceu que as ações de brigada, PPCI e simulações são de responsabilidade do órgão gestor do prédio. Assim, a atuação da DAL se restringe às edificações sob sua gestão no âmbito do ColaboraGov.

4. Tiago Nascimento questionou sobre a continuidade do link de inscrição e sobre a possibilidade de ampliar a representatividade dos andares e alas nos treinamentos.

Resposta: Plínio esclareceu que o link de inscrição permanecerá aberto de forma permanente e que os voluntários poderão ser incluídos em turmas futuras. Ressaltou-se a importância de haver brigadistas distribuídos por pavimento e por ala.

VI. INFORME

Não houve.

VII. ENCAMINHAMENTOS

Ficou acordado o compromisso dos órgãos em reforçar a divulgação interna e a sensibilização de servidores e colaboradores para adesão à brigada voluntária.

VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não havendo outros informes ou questionamentos, a Lucimar Rizzo agradeceu a participação de todos,

reforçou a importância da colaboração entre os órgãos no âmbito do ColaboraGov.

Ata de Reunião aprovada na data de sua assinatura eletrônica.

LUCIMAR RIZZO LOPES DOS SANTOS
Presidente
Câmara Temática de Administração e Logística
Centro de Serviços Compartilhados
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

ANEXO I
MEMBROS DA CÂMARA TEMÁTICA PRESENTES

Órgão solicitante		Nome	Participação
1	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	Lucimar Rizzo Lopes dos Santos	Presidente
2	Ministério da Fazenda	Melissa Maria Martins de Campos	Titular
3	Ministério da Igualdade Racial	Jeremias da Costa Sander	Titular
4	Ministério da Previdência Social	Jefferson Brandão Melo	Titular
5	Ministério das Mulheres	Rafael Rodrigues da Silva	Suplente
6	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	Cláudia Lins da Rocha	Titular
		Evlyn Basso Meneghini	Suplente
		Tiago Santana Nascimento	Suplente
7	Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte	Viviane Lúcia Fernandes de Almeida	Suplente
8	Ministério do Planejamento e Orçamento	Patrícia Daniele Oliveira de Alarcão	Titular
	Ministério do Planejamento e Orçamento	Fabiana Oda	Suplente
9	Ministério dos Portos e Aeroportos	Eduardo Bernardes Caixeta	Titular
	Ministério dos Portos e Aeroportos	Adolfo Moreira de Melo Neto	Suplente
10	Ministério dos Povos Indígenas	Crislane Maria Dos Santos Cardoso	Suplente

ANEXO II
CONTROLE DE QUÓRUM DA REUNIÃO

Órgão solicitante		Titulares	Suplentes	Convidados	Total
1	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	1	0	15	16
2	Ministério da Fazenda	1	0	1	2
3	Ministério da Igualdade Racial	1	0	1	2
4	Ministério da Previdência Social	1	0	1	2
5	Ministério das Mulheres	0	1	0	1
6	Ministério de Portos e Aeroportos	1	1	0	2
7	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	0	2	1	3
8	Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte	0	1	1	2
9	Ministério do Esporte	0	1	1	2
10	Ministério do Planejamento e Orçamento	1	1	0	2
11	Ministério do Turismo	0	0	1	1
12	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	0	0	0	0
13	Ministério dos Povos Indígenas	0	1	1	2
Total		6	8	23	37

	Membros titulares	Quórum
Instalação	6	46%
Deliberação	6	46%

ANEXO III

LISTA DE PRESENÇA

	Órgão solicitante	Nome
1	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	Alysson Vítor Soares de Moraes
2		Beatriz Magalhães Pinto Peretti
3		Carla Maciel Damasceno
4		Cintia Coelho Prado
5		Cleidiane Maria dos Santos Damásio
6		Lucimar Rizzo Lopes dos Santos
7		Maiko Henrique Lopes Lemes
8		Maria Camilla Santos de Aguiar
9		Mateus Gomes dos Santos
10		Nágila Monique Silva Ramos
11		Pedro Henrique Correia de Castro
12		Plínio Antunes da Silva
13		Raysa Faria de Melo
14		Renata Cristina Dantas Rocha
15		Ricardo Alves de Almeida
16		Suellen Serra
17	Ministério da Fazenda	Melissa Maria Martins de Campos
18		Elaine Raila Brito Amorim
19	Ministério da Igualdade Racial	Jeremias da Costa Sander
20		João Victor de Souza Batista
21	Ministério da Previdência Social	Jefferson Brandão Melo
22		Patrick Barcellos Peixe
23	Ministério das Mulheres	Rafael Rodrigues da Silva
24	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	Daniela Silva Antunes
25		Evlyn Basso Meneghini
26		Tiago Santana Nascimento
27	Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte	Viviane Lúcia Fernandes de Almeida
28		Sara Borges das Neves
29	Ministério do Esporte	Izaías da Silva Oliveira Júnior
30		João Célio Ribeiro dos Santos
31	Ministério do Planejamento e Orçamento	Fabiana Oda
32		Patrícia Daniele Oliveira de Alarcão
33	Ministério do Turismo	Marina Bittencourt de O. Angarten
34	Ministério dos Portos e Aeroportos	Adolfo Moreira de Melo Neto
35		Eduardo Bernardes Caixeta
36	Ministério dos Povos Indígenas	Álvaro Santos de Oliveira
37		Crislane Maria Dos Santos Cardoso



Documento assinado eletronicamente por **Lucimar Rizzo Lopes dos Santos, Diretor(a)**, em 08/01/2026, às 09:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **56761695** e o código CRC **719DC699**.